

Lazer e políticas públicas no setor governamental – análise da revista *Licere*

Leisure and public policies in the government sector – an analysis of *Licere* magazine

ALVES C, ROMERA L, BENITO R, BARCELOS S, MARCELLINO NC. Lazer e políticas públicas no setor governamental – análise da revista *Licere*. **R. bras. Ci. e Mov** 2011;19(2):78-89.

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar as produções científicas nos exemplares da revista *Licere* em torno da temática das políticas de lazer públicas governamentais. Trata-se de abordagem quantitativa e qualitativa, feita com a técnica de análise de conteúdo, com a técnica de análise de conteúdo. Em relação ao método, como trajetória de raciocínio, trabalhou-se a partir do materialismo histórico-dialético, na concepção gramsciana, em especial nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia e de intelectuais. Verificou-se que há vinte e quatro estudos ligados ao setor, publicados na revista *Licere*, a partir do ano de 2000. As palavras-chave *lazer* e *política pública* predominaram. Quanto aos temas de estudo, detectaram-se pesquisas relacionadas à experiência de gestão, relatos de experiências, estudos sobre controle e avaliação das políticas, formulação e implementação da política, indicadores de espaços e equipamentos. A pesquisa apontou avanços das publicações sobre esta temática, principalmente a partir do ano 2006, levando a um aumento de 17% nas publicações desse tema, na Revista, desde o ano 2000 até 2009. Demonstrou também o crescimento da qualidade de sistematização na organização metodológica dos estudos, ainda que com lacunas, principalmente na consideração do método como processo discursivo, apresentando pesquisas mais bem estruturadas, para além de relatos de experiências, que dominaram as primeiras publicações referentes à temática no Brasil.

Palavras-chave: Atividades lazer; Revista *Licere*; Políticas públicas; Estado; Governo.

ABSTRACT: This article aims at analyzing the scientific papers published in *Licere* magazine regarding the government public policies for leisure. This quantitative and qualitative comprised the combination of literature using the content analysis technique. Regarding the method, the work followed the historical-dialectical materialism according to Gramsci's concept of hegemony, counter-hegemony and intellectuals. Since the year 2000, *Licere* magazine published twenty four studies related to this theme and the predominant keywords were leisure and public policies. As to the subjects of study, there are researches related to management experiences, experience reports, policy control and evaluation, policy formulation and implementation, indicators of areas and equipment. The research showed an increase in the number of papers on this theme, mainly from year 2006, with a 17 percent rise from 2006 to 2009. It also showed a better quality of systematization in the methodological organization of studies, although with gaps, especially regarding method as a discursive process. Researches are better-structured as well as the experience reports, which prevailed in the first publications on this theme in Brazil.

Key Words: Leisure activities; *Licere* Magazine; Public policies; State; Government.

Cathia Alves¹
Liana Romera²
Rosangela Benito³
Sergio Barcelos⁴
Nelson Carvalho Marcellino⁵

¹Uniararas

²UFES

³Prefeitura de Sorocaba

⁴IFTM

⁵UNIMEP

Enviado em: 08/07/2011

Aceito em: 06/02/2012

Contato: Cáthia Alves - alves.cathia10@gmail.com

Introdução

Apesar de algumas iniciativas do campo editorial, como as do SESC-SP, foi somente a partir de 1998, que ocorreu a criação de um periódico científico específico sobre lazer no Brasil, a LICERE, Revista que atualmente faz parte do Programa Interdisciplinar de Mestrado em Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo sua política editorial, o periódico tem como objetivo preencher uma lacuna, já que no Brasil, não tínhamos uma revista específica sobre o tema lazer e também contribuir para disseminação do conhecimento a partir desta temática.

Desde 1998, a revista já publicou 22 exemplares, sendo que, a partir de 2007¹, as publicações passaram a ser eletrônicas. Até o ano de 2008², a revista era publicada quadrimestralmente. No entanto, no ano de 2009³, a Licere passou a ser trimestral (março, junho, setembro e dezembro). Conta com o apoio institucional do Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR – da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

A revista é indexada por LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SIBRADID (Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva e SPORTDISCUS (da SIRC – Sport Research Intelligence Sportive).

A revista Licere desempenha um papel fundamental na difusão científica nacional acerca dos estudos do lazer, tornando-se importante uma análise crítica dessas publicações, além de compreender quais os rumos acadêmico-científicos que têm sido tomados, em nível nacional, no que se refere aos estudos do lazer e suas inúmeras relações na sociedade.

Quando se fala de Políticas Públicas logo se pensa em Políticas Sociais, Demo argumenta dizendo que “a Política Social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado. Olhada de ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção (p. 6)”⁴.

Para o autor, a Política Social numa visão sintética consistiria em três fases fundamentais, a saber: sócio-econômicas, assistencial e política, que se configurariam nos seus três eixos. A face sócio-econômica centra-se no binômio ‘ocupação/ renda’; o eixo assistencial refere-se a um espaço fundamental da política social, se o concebermos como assistências devidas por direito de cidadania a grupos que não podem auto-sustentar-se ou não deveriam fazê-lo, como é o caso das crianças, dos idosos, dos inválidos, dos deficientes, dos mendigos, de certos grupos de risco, de flagelados, etc. A delimitação precisa de tais grupos é sempre problemática, mas é fato que toda sociedade reconhece o dever de assisti-los, na quantidade e qualidade devidas⁴.

Por sua vez, Freitag define Política Social como “[...] certa forma de intervenção do Estado em áreas específicas da sociedade civil que atingem (mesmo que diferentemente) todas as classes (p. 16)”⁵. Segundo essa autora, o Estado moderno passou a organizar áreas de vida social que não estavam sujeitas ao controle estatal como o trabalho, a saúde, a educação, entre outros que em outros momentos históricos e contextos sociais pertenciam à esfera privada da vida social. Para ela, “Essa função passou a ser atribuída ao Estado no momento em que a consolidação do modo de produção capitalista estava ameaçada pela deterioração da força de trabalho resultante de sua exploração desenfreada na fase do capitalismo selvagem (p. 16)”⁵.

Ao mesmo tempo, porém, políticas sociais se desdobram em:

[...] movimentos dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado. Somente admitindo essa dialética intrínseca ao Estado e às suas políticas sociais é que podem ser elucidados fatos e processos que de outra forma permaneceriam obscuros ou seriam mal compreendidos. O desenvolvimento não-linear, com avanços e retrocessos, desvios e contradições, é comumente a trajetória percorrida por uma política social (p. 30-1)⁵.

Os pontos destacados por Freitag⁵ são muito importantes para verificarmos a abrangência da política social para muito além do assistencialismo, atingindo patamares econômicos e políticos, seu caráter social amplo, suas formas e objetivos variados, inclusive os de

estabilização do Sistema Social como todo, e seus movimentos dialéticos.

Entretanto apesar das suas colocações abrangentes a autora reconhece que:

A discussão travada no Brasil, nos últimos vinte anos, em órgãos públicos, universidades e comunidades de base, em torno de política social, dificilmente é dissociada de uma visão assistencialista e paternalista. Nestas discussões, a política social é, em geral, identificada como uma ação do governo dirigida para as chamadas “populações carentes” ou de “baixa renda”. Essa interpretação tem levado a equívocos teóricos e políticos que muitas vezes prejudicam justamente aquelas populações em nome das quais se pretende acionar a atenção do governo com a finalidade de sanar desigualdades e injustiças (p. 15)⁵.

Nesse sentido, é importante não apenas caracterizar o significado de Política Social, como também não confundir os termos Política Pública com Política Governamental. Se considerarmos que a esfera pública inclui amplos setores de ação da Sociedade Civil, devemos concluir que as políticas governamentais fazem parte das políticas públicas, mas de forma alguma as esgotam.

Como tradicionalmente, os autores estudados vinculam política social e política de Estado e, portanto, à política de governo, para efeito deste trabalho, entenderemos política pública de uma perspectiva mais abrangente, incluindo as políticas sociais, porém sem ficar restritas a elas.

Pereira e Grau⁶ relatam que o que é público pode ser entendido como o que é de todos e para todos, opondo-se tanto ao privado como ao corporativo. No entanto esses autores também reconhecem que não “é simples distinguir o que é público do que é corporativo, mais ainda ao considerar que ao defender interesses particulares, as organizações corporativas podem também estar defendendo o interesse geral (p. 9)”⁶

Para superarmos o entendimento da palavra “público”, que a maioria das pessoas concebe como “governo”, será necessário promovermos um esclarecimento sobre o seu significado, conforme nos propõe Ribeiro⁷:

Na modernidade, é preciso distinguir na palavra público dois sentidos principais. Primeiro aquele em que ela se opõe a ‘privado’, e se faz sinônimo de bem comum. Isso não quer dizer ‘estatal’: pode haver uma esfera pública que não pertença ao Estado, por exemplo, a de uma associação ou entidade que não tenha por finalidade apenas o bem de seus donos (o chamado ‘terceiro setor’ [...]) (p. 101-2).

E, o autor acrescenta que:

Mas há também um segundo sentido de ‘público’ – o que se opõe a ‘palco’, tendo assim por sinônimo a ‘platéia’. No sentido teatral, o público vale menos que o palco. Já no primeiro sentido, de corte jurídico, deve valer mais que o privado – embora o capitalismo, fortalecido pela economia, lhe tenha conferido poder inédito na história (p. 101-2)⁷.

É importante, ainda, esclarecer a diferença entre Estado e governo. Estado é o conjunto de instituições permanentes, órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outros que não propriamente formam o mesmo bloco político, mas que possibilita a ação do governo. Enquanto, o governo é o conjunto de programas, projetos e ações que parte da sociedade e propõe uma orientação política de um determinado governo, assumindo e desempenhando funções do Estado por um determinado período⁸.

Dessa forma, para verificar “o estado da arte” da temática políticas públicas de lazer, do setor governamental, selecionamos vinte e quatro estudos, que tinham como fundamentação o setor governamental, essencialmente na análise de alguma proposta deste setor, no relato sobre uso e apropriação de espaços públicos, estudos referentes a controle e avaliação destas políticas, e pesquisas conceituais.

O objetivo deste trabalho foi desenvolver estudos exploratórios nos exemplares da revista *Licere*, sobre a temática lazer e políticas públicas governamentais, focalizando os aspectos: tipo de trabalho, termos utilizados (palavras-chave), referencial teórico utilizado (autores/as), metodologia das pesquisas, público-alvo, conceitos, e resultados dos estudos, tanto de forma quantitativa como qualitativa.

Materiais e métodos

O estudo foi realizado por revisão sistêmica de literatura. Para isso, fomos guiados pelas leituras temática e posteriormente interpretativa⁹; a partir das palavras chave: lazer, políticas públicas e governo. A pesquisa sobre os artigos seguiu basicamente os mesmos passos da bibliográfica, porém sua fonte foram as revistas *Licere* de 1999 a 2009, exceto o ano de 2004, uma vez que nele não constam estudos relacionados a esta temática.

Para tal, foi feita a análise de conteúdo¹⁰, entendida como uma técnica de investigação que se desenvolve em três fases: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos dados, inferência e interpretação.

Para a tabulação de dados, foram elaboradas uma ficha geral e duas fichas específicas. A ficha geral engloba os seguintes itens: 1. Título do trabalho, volume e número da revista; 2. Tipo de seção; 3. Palavras chaves; 4. Referencial Teórico (autores); 5. Instituição de origem do pesquisador; 6. Foco da pesquisa; 7. Formação do pesquisador; 8. Área de atuação; e 9. Outros itens relevantes. Já as fichas específicas se remetem aos dados metodológicos do estudo e a característica específica do processo de desenvolvimento das políticas públicas de lazer.

Em relação ao método, enquanto trajetória de raciocínio trabalhou-se a partir do materialismo histórico-dialético, na concepção de Gramsci^{11,12}, em especial nos

conceitos de hegemonia e contra-hegemonia e de intelectuais. Assim, o lazer é entendido como espaço de resistência, de possibilidade de formação de novos valores, questionadores da sociedade. Portanto, sua vivência e importância nos dias atuais são enfatizadas a partir do plano cultural (superestrutura), como um dos instrumentos de mudanças, apesar das limitações estruturais (infraestrutura) encontradas em nossa realidade.

Resultados e discussão

Foram identificados vinte e quatro estudos ligados ao setor governamental, das políticas públicas de lazer, no período de nove anos de publicação da revista, pois os estudos passaram a ser publicados a partir do ano de 2000¹³.

Abaixo é demonstrado o índice de publicação sobre este tema na Revista:

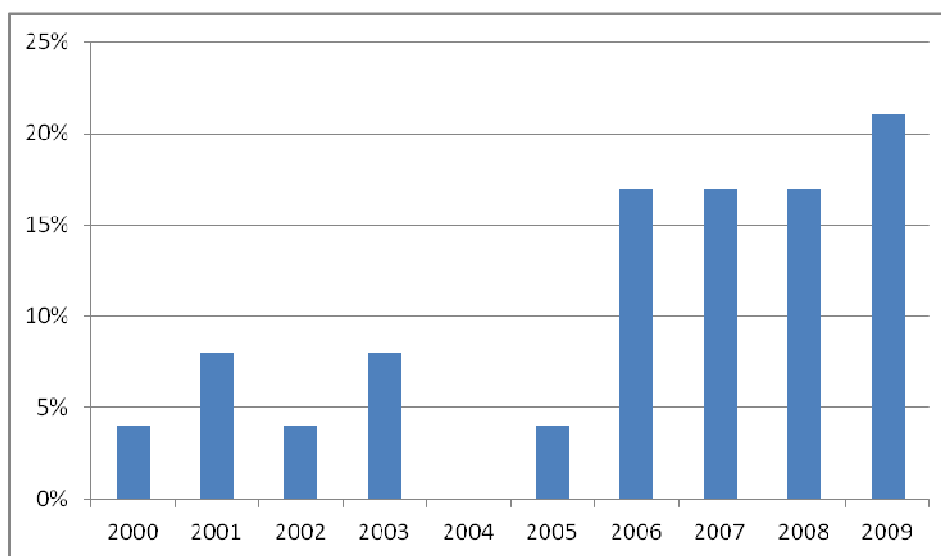


Figura 1. Porcentagem de publicações da revista entre 2002 a 2009

Ao observar o gráfico, notamos que entre 2000¹³ e 2001¹⁴ foram publicados 3 estudos; no ano de 2002¹⁵, 1 estudo, 2003¹⁶ contou com dois; 2004 não teve publicação sobre essa temática; no ano de 2005¹⁷ somente 1 estudo; 2006¹⁸, 2007¹ e 2008² quatro; e no ano de 2009³ foram cinco trabalhos. Quanto às palavras-chaves, lazer e política pública foram predominantes em todos os trabalhos que exigiam esta separação. Nota-se um avanço nas publicações sobre esta temática com um crescimento em 9 anos de 17%.

As palavras-chaves, lazer e política pública foram predominantes. No que se refere as áreas de estudo, uma pesquisa é da área do Turismo e os outros trabalhos são ligados a Educação Física. Quanto aos temas de estudo detectou-se pesquisas relacionadas à experiência de gestão, relatos de experiências e estudos sobre controle e avaliação das políticas, formulação e implementação da política, além de diversos estudos a respeito de indicadores de espaços e equipamentos de lazer, na cidade. A maior parte dos estudos publicados tem

instituição de origem no âmbito federal, e no que se refere à formação profissional dos autores, há um equilíbrio entre doutores e mestres.

Visão conceitual

Estabelecemos categorias para coleta e análise dos dados, a primeira delas foi nomeada de visão conceitual, representando a noção dos estudos em torno das políticas públicas de lazer.

Dessa forma, sobre as visões/conceitos de política

pública, presente nos trabalhos estudados pode constatar que 62,5%, apresentam a política pública de lazer de forma efetiva e concreta, associada a uma política global (transporte, reordenação do tempo e/ou espaço, estrutura de animação, etc.). O entendimento parcial e limitado atingiu a frequência de 25% do total de pesquisas. Entretanto em 12,5% não foi possível determinar o conceito. O mesmo número e percentual foi verificado pelo entendimento parcial e limitado de política pública de lazer como projeto e evento isolado.

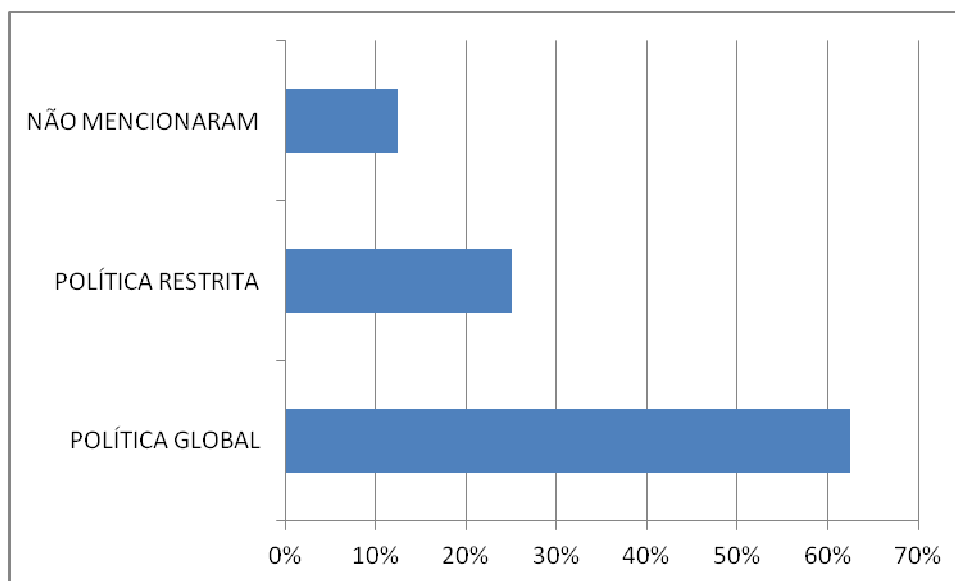


Figura 2. Conceito dos estudos sobre política pública

Quanto à compreensão de política pública de lazer, tomada em sentido amplo, afirmamos que vai além das atividades, que geralmente são ações isoladas e descontextualizadas; deve incluir a redução de jornada de trabalho – sem redução de salários, reordenação do tempo, política de transporte urbano, reordenação de solo – urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer, inclusive a moradia e seu entorno; e finalmente, uma política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada⁶.

Nesse sentido é fundamental entender todo o processo de planejamento, construção, administração e animação dos equipamentos para uma política de democratização cultural, considerando as relações que se estabelecem entre o público usuário, os profissionais e os equipamentos públicos de esporte e lazer, e verificando o

comportamento de praticantes e espectadores, uso de equipamentos específicos e não específicos, modificações ou adaptações e expectativas de atuação profissional buscando atender aos anseios dos indivíduos^{6,19}.

Assim, a política pública de lazer pode ser compreendida, não somente como lista de atividades e eventos, produtos finais que muitas vezes se tornam programações vazias e de cunho assistencialista e muitas vezes com objetivos eleitoreiros.

Merece destaque o entendimento das políticas de lazer de forma setorial, integrante da Política Pública, vista assim, de uma perspectiva mais abrangente, embora a noção restrita ainda se apresente em 25% dos trabalhos analisados.

Quanto ao entendimento do lazer em termos dos seus conteúdos culturais 45,8% das pesquisas fazem uma abordagem geral do lazer, sem especificação de

interesses. Assim, a maioria dos trabalhos destaca algum dos conteúdos culturais, mesmo quando assinalam a necessidade de considerar a sua diversidade. Dessa forma, levando em consideração as múltiplas indicações de alguns interesses, destacamos que a relação com os conteúdos turísticos, manuais, artísticos e sociais, estão presentes em 16,7% das pesquisas, com predomínio dos conteúdos físico-esportivos em grande parte dos estudos (37,5%).

Esses dados podem ser interpretados como um avanço, uma vez que, historicamente, como a área que mais estudava o assunto era a de Educação Física, os conteúdos ficavam restritos aos físico-esportivos, perdendo-se a noção de totalidade. Devemos destacar ainda que embora a predominância esteja com os físico-esportivos, outros conteúdos já são analisados, e a abordagem geral é a que impera. Além disso, os conteúdos físico-esportivos podem também promover um movimento dialético interagindo com outros interesses.

Ciclo da política

Outra categoria estabelecida para análise dos artigos foi formulada a partir de diversas questões, tais como: a Formulação, Elaboração e planejamento das políticas; Implementação; Financiamento; Espaços e

equipamentos; Formação de pessoal; Integração das políticas; Controle e Avaliação; a participação de quais atores na gestão destas políticas; a ligação com outras secretarias e os avanços a partir do controle e avaliação.

Podemos dizer que estas questões aproximam-se do chamado “ciclo da política pública”. Compreendido por estágios, tais como, a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, a implementação e avaliação da política²³.

Este ciclo, segundo Souza²⁰, pode ser nomeado como um plano de ação, que auxilia na ocorrência das políticas de maneira abrangente. Dessa forma, notamos, no que se refere ao ciclo que dos 24 artigos analisados, 62,5% discutem a formulação e planejamento das políticas públicas de esporte e lazer; 25% sobre espaços e equipamentos, a distribuição destes locais na cidade e como o público se apropria deles; 8,3% fizeram um recorte histórico sobre as políticas públicas de esporte e lazer na cidade e outros 4,2% apresentaram a relevância da formação de recursos humanos, enfatizando necessariamente a presença de animadores socioculturais participando ativamente numa gestão compartilhada de políticas de esporte e lazer.

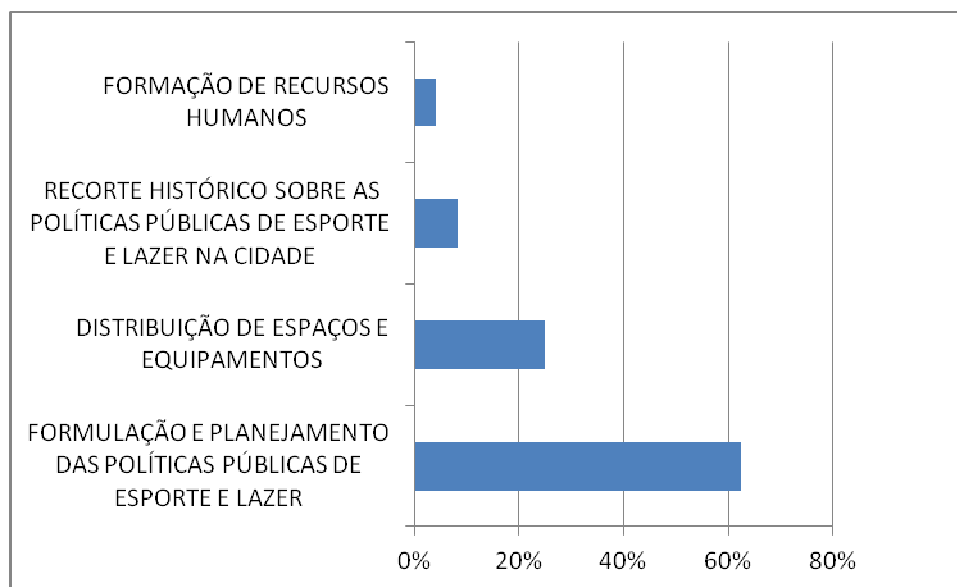


Figura 3. Ciclo da política pública de esporte e lazer

Quanto ao processo de implementação das políticas de esporte e lazer, dos 62,5% estudos sobre for-

Formulação e planejamento, 41,6% constavam a ligação com a implementação e destes, 37,5% retratavam a ques-

tão do monitoramento e avaliação.

Percebemos que de forma indireta, os estudos indicam preocupação da gestão com a elaboração, planejamento e implementação essencialmente, e este último aspecto está diretamente relacionado à ação comunitária, entretanto as pesquisas não apresentam discussões concretas em torno da participação da comunidade.

Quanto à presença de diversos atores na organização e gestão das políticas de esporte e lazer, os estudos descreveram a presença de profissionais da Educação Física em 20,8%, a participação popular ou da comunidade em 16,6%, e ainda participação de diferentes profissionais citados uma única vez, também em 16,6% das pesquisas (administrador, urbanista, arquiteto, gestor, comissão técnica e estagiário). E 45,8% das pesquisas não tinham como foco esta discussão.

Notamos, segundo Souza²⁰ que a política pública pode envolver vários atores e níveis de decisão, e ainda que seja concretizada por meio dos governos ela não se restringe a participação formal, pois os participantes informais também são importantes.

Nos estudos que retrataram a participação popular (16,6%), não se apresentou o papel que a comunidade desenvolveu no ciclo de ação da política, mas foram mostrados os benefícios das ações para essas pessoas.

No que se refere à ligação com outras áreas ou secretarias, 54,1% não tinham como foco realizar essa ponte; entretanto, percebemos um avanço, com relação a situação verificada no início da publicação de estudos sobre políticas públicas governamentais em lazer, no Brasil, pois 20,8% das pesquisas estão ligadas a secretaria de esporte e lazer; 12,7% desenvolveram as pesquisas em conjunto com diferentes secretarias (turismo, obras, educação, assistência social, desenvolvimento social, saneamento básico, saúde e cultura); 8,3% apresentaram ligação entre universidades. Já uma pesquisa 4,1% demonstrou análise de uma lei governamental.

Dos 24 artigos, em 37,5% foram retratadas questões de monitoramento e avaliação (não como tema principal). Apenas um artigo (4,1%) demonstrou preocupação da gestão com o orçamento. Os outros

58,4% não abordaram estas questões, mesmo quando apontaram a formulação e o planejamento.

O monitoramento, controle e a avaliação são itens que devem ser levados em conta de forma conjunta, e não podem ser discutidos isoladamente, pois são complementos de uma única parcela da política em ação.

Quanto o controle social, entendemos o domínio da comunidade pela ação exercida. O controle é a integração comunicativa que a população estabelece a partir de uma técnica de averiguação, podendo exercer influência sobre as direções da ação das políticas. O controle social surge na constituição de 1988, representando a participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas²¹.

Esse controle poderá ser validado a partir da qualidade do programa, elegendo-se uma escala de valores ou de categorias que permitam a avaliação, aprovação, recusa e novos encaminhamentos para as ações de esporte e lazer no local. Essa escala de valores deverá ser construída de maneira compartilhada.

A construção compartilhada se dará pelo caminho da participação comunitária¹ indicando que diferentes elementos contribuem para concretização deste formato, tais como: autogovernar-se, distinção de interesses pessoais e públicos, cumprimento de decisões em conjunto, cooperação, educação pela liberdade de opinar e educação da vida pública.

Para tal participação ser efetiva, ainda é preciso acrescentar segundo a autora, uma democracia transparente, o Estado deve se voltar para o interesse da população como um todo. As formas de operacionalização desta participação devem ser viáveis e compreendidas como um processo; população e gestores caminhando juntos em todas as fases de construção da política²¹.

Assim controle e qualidade social fazem parte da autonomia cidadã. A autonomia exige uma educação e uma liberdade moral e intelectual²¹.

O lazer e o esporte podem contribuir para esse ganho da população, formando cidadãos críticos e criativos que alcancem consciência e sejam capazes de

agir de forma autônoma para controlar e oferecer qualidade as manifestações de esporte e lazer.

Já para avaliar, é necessário existir um processo de construção interno e externo, ou seja, ser avaliado e avaliar diariamente as práticas e ações de esporte e lazer.

É difícil conceituar avaliação, quando se pensa em processo de construção social, no qual diferentes critérios podem ser estabelecidos com diferentes visões de mundo.

Assim, avaliação pode ser entendida como:

A coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o valor (mérito e relevância), a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e as informações para prestar contas aos públicos interno e externo ao programa do trabalho desenvolvido (p. 16)²².

Avaliar, além de coletar, adquirir, colher dados para modificar e melhorar o trabalho, observar com critérios estabelecidos o processo da ação, é também recomendar modificações ou indicar a permanência do processo de desenvolvimento da política. Segundo os autores citados acima, a avaliação deve vir acompanhada da reflexão, pois a mesma ocupa um papel fundamental, podendo provocar mudanças nas ações dos indivíduos.

Dessa forma o papel da avaliação seria de construir momentos reflexivos que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos, para possível direcionamento de suas ações, aprendendo pela experiência, vivência e discussão das ações²².

Para construir e fundamentar uma política pública de lazer é necessário, portanto, contemplar os processos de controle e de avaliação das práticas, colocando-os como itens relevantes no ciclo da política.

O papel da Gestão

Sobre o papel da Gestão nas ações de políticas relacionadas ao esporte e lazer, existe uma discussão considerável a respeito dos problemas, ações e atividades, mas quando se chega às condições de aplicabilidade e sistematização do processo, encontramos obstáculos, principalmente nas questões de planejamento, organização, controle, avaliação e financiamento.

Dos 24 artigos da revista analisados, 75% não apresentaram como se dava ou não consideravam a gestão das políticas públicas de esporte e lazer nos locais, ou seja, de acordo com as discussões e/ou conclusões pertinentes a cada um dos artigos não eram traçadas metas ou ações concretas de legitimação do papel da gestão. Desta forma notamos que ainda se tem muito a realizar, no sentido de avançar nas ações efetivas de educação, planejamento, organização de ações para e pelo lazer.

Os outros artigos 25% discutiram alguns pontos importantes da gestão; dados que acabam retratando situações já encontradas na perspectiva dos estudos do lazer, mas trazem confirmações de que os problemas existem e que ainda se perpetuam quando falamos de políticas públicas.

Um dos artigos informa que o Plano Diretor da cidade se propõe a construção e animação de espaços públicos de lazer, mas esbarra primeiro na disposição destes espaços ao longo da cidade (“existe uma concentração de espaços físicos públicos na região central da cidade”), e depois segundo os próprios gestores, a dotação orçamentária é insuficiente. Afirma, ainda, que não existem profissionais habilitados em nível superior, atuando no setor, e finalmente, que o atendimento ao público restringe-se as crianças e adolescentes, ou seja, não oferece atividades as demais faixas etárias.

Percebemos claramente neste artigo as barreiras que impedem a manifestação do lazer, primeiro pelo fato dos espaços se concentrarem apenas na região central dificultando o acesso, depois pelo fato de não haver uma dotação orçamentária para as políticas públicas de esporte e lazer, pois na maioria das vezes ela está articulada a outras secretarias como de educação, cultura ou serviço social, e conseqüentemente a verba destinada ao esporte e lazer acaba nem sendo aplicada. Posteriormente surge a barreira da faixa etária, sendo que as atividades acabam sendo destinadas apenas as crianças e adolescentes, ou seja, apresenta uma visão limitada de lazer.

Além dessas barreiras este artigo apresenta também uma preocupação com os animadores socioculturais, ou seja, os profissionais do lazer que, segundo o estudo carecem de habilitação adequada para

atuar com a temática.

Já em outro estudo o lazer é tratado pelos gestores como um rol de atividades/oficinas, que são realizadas ou não, de acordo com possibilidade de espaço e tempo. Mais uma vez constata-se um equívoco dos gestores que entendem o lazer simplesmente como atividades, não levando em consideração sua ampla manifestação, necessidade e direito de qualquer cidadão.

Outro estudo demonstrou a iniciativa de um grupo de pesquisa junto com uma comunidade de assentamento de sem terra. Percebemos que foi direcionado um projeto de capacitação de recursos humanos, ou seja, uma ação comunitária para sensibilizar, conscientizar e gerir a manifestação do lazer nesta comunidade. A gestão das políticas públicas passa pela percepção, necessidades e particularidades do grupo de pessoas da comunidade sem terra, ou seja, a gestão passa a ser de responsabilidade dos próprios assentados. Acredita-se que desta forma as políticas de lazer dessa comunidade passam a ser mais consistentes e efetivas, pois são avalizadas por cada um dos integrantes do assentamento.

Em outros dois estudos as questões pertinentes à gestão das políticas públicas, ressaltaram a necessidade da

intensificação de parcerias com a administração pública municipal, estadual e universidades, planejamento junto com a comunidade local, formação de animadores socioculturais voluntários e, finalmente, que o poder público deve destinar esforços para manutenção e instalação de equipamentos de lazer.

Os problemas verificados na implantação, execução e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, dependem de vários fatores, como recursos financeiros, humanos, materiais e de infraestrutura. Desta forma o lazer, no caso do poder público municipal, só será efetivado a partir da articulação das diversas secretarias e também do entendimento que cada gestor exercerá sobre esta temática.

Referencial Teórico das pesquisas

Quanto ao referencial teórico utilizado para construção dos artigos, notamos que dos 24 artigos analisados, 66,8% utilizaram autores da educação física, esporte e lazer para construção de suas pesquisas; 29,1% embasaram-se teoricamente em autores da ciência política; e 4,1% tinha como base principal um autor da antropologia.

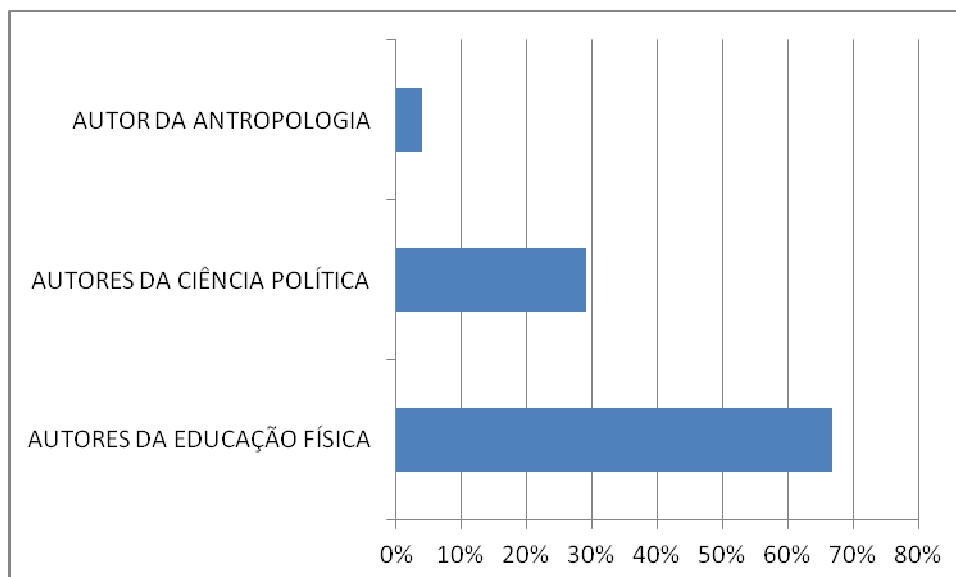


Figura 4. Base de autores usados nos estudos

No referencial teórico percebe-se uma ampla gama de variedades dos estudos do lazer, seja na perspectiva de espaço urbano, na questão sociológica do lazer, na

filosófica, educação física, esporte e lazer, nos elementos educacionais, acessibilidade dos deficientes, ou seja, em grande parte das instâncias possíveis de se ampliar as

perspectivas de políticas públicas de esporte e lazer, que atendam efetivamente a população.

Percebemos assim, um avanço nos trabalhos, que no início das publicações da área, eram quase que restritos a relatos de programações, sem fundamentação teórica.

Nesse sentido, fica constatado que as políticas públicas de esporte e lazer devem passar por olhares mais diversificados, ou seja, devem envolver mais profissionais estudando e entendendo o verdadeiro propósito das políticas públicas de esporte e lazer.

A metodologia dos estudos

Dando sequência as categorias eleitas para análise, foi proposta a seguinte questão: “Qual foi a análise feita quanto ao item material e método dos estudos?” . Obtivemos respostas que contribuíram para o mapeamento das diferentes formas de metodologia apresentadas pelos autores. Buscamos perceber o tipo de pesquisa, natureza ou característica da pesquisa, método como forma de investigação e técnica de coleta de dados adotada no desenvolvimento dos trabalhos que resultaram nos artigos.

Dos 24 artigos analisados, apenas 8,3% não apresentaram nenhuma menção ao percurso metodológico desenvolvido; 50% dos artigos apresentaram os caminhos

metodológicos de forma detalhada e 41,6%, cuja metodologia não era relatada de maneira clara, com definição dos caminhos percorridos somente em aspectos gerais.

No que se refere a metade das pesquisas (50%), representam estudos descritos como qualitativos, desenvolvidos a partir da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo. Nesses estudos, as metodologias foram apresentadas a partir de terminologias diversas, tais como, pesquisa bibliográfica como exercício de reflexão, pesquisa qualitativa, descritiva com uso de observação, aplicação de questionários e entrevistas. Foi também detectada a menção de relatos de experiência e estudos descritivos. Já nos 41,6% não foi identificado o caminho metodológico, nem a forma de tratamento dos dados.

Os resultados das pesquisas

Em 20,8% dos estudos foi detectada a carência de quadros qualificados para atuação no lazer; 33,3% apontaram a necessidade de construção, manutenção e reforma dos equipamentos de lazer; 16,6% apontam a falta de interesse dos setores governamentais quanto as políticas de lazer e 29,3% ressaltaram a importância histórica dos estudos do lazer para provimento de seu reconhecimento como necessidade humana.

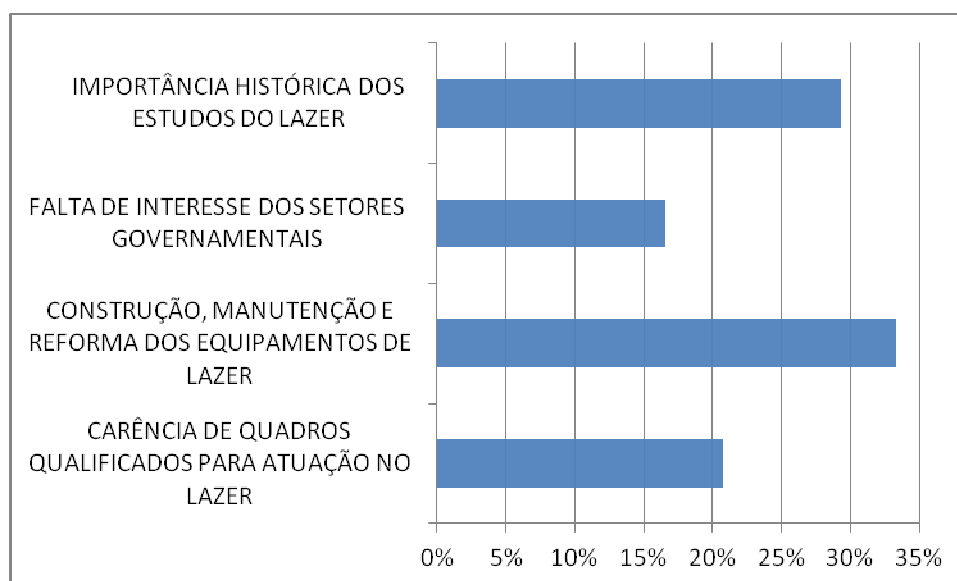


Figura 5. Conclusão das pesquisas

No âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, 20,8% das pesquisas apontam como resultado de seus estudos, a necessidade de organização destes serviços junto às prefeituras cujos benefícios seriam maiores para a população, superando as políticas tradicionais. Apostando na qualificação dos quadros de lazer, a partir de processos contínuos, além, da formação de voluntários considerado, também, um ponto importante na formulação das políticas públicas de esporte e lazer. Foi citada a urgência de adaptação de espaços e equipamentos para portadores de necessidades especiais, populações ribeirinhas, e a necessidade da democratização do acesso aos equipamentos e programas de lazer já existentes.

No que se refere aos equipamentos, foi consenso em 33,3%, a necessidade de melhor distribuição, de modo mais igualitário, promovendo a descentralização dos mesmos. Nesse aspecto, também foi ressaltada a necessidade de criação de equipamentos acompanhados da devida animação e conservação, com vistas ao atendimento dos diferentes públicos, quer em termos de faixa etária ou de preferências pelos conteúdos culturais do lazer.

Apenas em 16,6% foi detectada a necessidade de reconhecimento dos diferentes setores da administração com relação à compreensão do esporte e lazer como possibilidades concretas para a obtenção da qualidade de vida e da ruptura com o consumismo exagerado. Nesse sentido, também foi apontada a sintonia que deve existir entre os diferentes setores.

No âmbito das pesquisas bibliográficas e documentais, 29,3% foram apresentados como resultados a influência exercida pelos pioneiros dos estudos do lazer no país, a necessidade de recuperação da memória das políticas públicas e o reflexo de algumas políticas de lazer em algumas cidades.

Conclusões

Podemos apontar ao final desta pesquisa, sete indicadores que demonstram o “estado da arte” dos artigos publicados na revista *Licere* sobre política pública de esporte e lazer governamental: a) Quanto ao conceito e compreensão das políticas públicas de esporte e lazer,

notou-se que são ações que ocorrem e se manifestam, mas que falham na operacionalidade. O entendimento avançou, mas o processo ainda é frágil; b) As ações concentram-se no estágio de formulação e planejamento das políticas. Apontam, ainda, para uma preocupação em torno das fases de monitoramento e avaliação das mesmas; c) Quanto ao ciclo das políticas públicas, em alguns casos os estudos apenas afirmam a importância da atividade desenvolvida, ou ainda a importância dos locais com equipamentos específicos de lazer que foram construídos ou reformados. Contudo, os resultados observados não nos permitem afirmar que existam controle e avaliação das políticas implementadas, demonstrando a carência nesses aspectos; d) A intersectorialidade do lazer avança, pois se notou um número elevado de pesquisas que relataram as parcerias entre setores e secretarias governamentais diferenciados, mas não detalharam a conexão entre os diversos órgãos envolvidos; e) O financiamento das políticas públicas de esporte e lazer é um tema raro entre as pesquisas e a participação da comunidade no processo é considerada como essencial, mas pouco retratada e sistematizada. O tema da gestão é discutido em poucas instâncias; f) O problema da distribuição de espaços e equipamentos nas cidades permanece, assim como, a restrição das ações a determinadas faixas de idade; g) O crescimento da qualidade de sistematização na organização metodológica dos estudos, ainda que com lacunas, principalmente na consideração do método como processo discursivo, apresentando pesquisas mais bem estruturadas, para além de relatos de experiências, que dominaram as primeiras publicações referentes à temática, no Brasil.

Referências

1. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, *Licere* 2005;8(1 e 2).
2. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, *Licere* 2006; 9(1 e 2).
3. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, *Licere* 2007;10(1, 2 e 3).
4. Demo P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez; 1993.
5. Freitag B. **Política educacional e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez; 1989.

6. Marcellino NC. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: Marcellino NC. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores associados; 2001. p. 5-29.
7. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 2008;11(1,2 e 3).
8. Höfling E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex** 2001;55(XXI):30-41.
9. Severino AJ. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez; 2000.
10. Gil AC. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2007.
11. Gramsci A. **Concepção dialética da História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1981.
12. Gramsci A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1979.
13. Pereira LCB. Grau, N. C. Entre o estado e o mercado: O público não-estatal. In: Pereira LCB; Grau NC. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Caracas: CLAD: Paidós; 1998. p. 1-26.
14. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 1999;2(1).
15. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 2000;3(1).
16. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 2001;4(1).
17. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 2002;5(1).
18. Revista do Programa Interdisciplinar de mestrado em lazer, **Licere** 2003;6(1 e 2).
19. Marcellino NC. **Lazer e educação**. 13. ed. Campinas: Papyrus; 2008.
20. Ribeiro RJ. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
21. Bonalume CR. Programa Esporte e Lazer da cidade: Controle Social no programa Esporte e Lazer na cidade. In: Marcellino NC; Ferreira MPA. **Brincar, jogar e viver**. 2.ed. Brasília: Ministério do Esporte, 2009, p.215-227.
22. Chianca TK, Marino E, Schiesari L. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. Coleção Gestão e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Global; 2001.